



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0003307-59.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Outras Medidas Provisórias - Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso o à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação**
 Requerente: **Ana Maria Alves Guastaldi**
 Requerido: **Daiani Graziela Guastaldi**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

ANA MARIA ALVES GUASTALDI, qualificado na inicial, ajuizou ação de Outras Medidas Provisórias em face de Daiani Graziela Guastaldi, para requerer a internação compulsória da requerida, que é dependente química e apresenta quadro de transtornos mentais e comportamentais decorrente do uso de álcool.

Juntou documentos, dentre os quais destaca-se o relatório médico (fls. 09).

Após manifestação do Ministério Público (fls. 12), foi concedida a tutela antecipada, determinando a internação compulsória da requerida.

Às fls. 102 foi juntada declaração de alta pela instituição responsável pela internação, informando que a requerida recebeu alta hospitalar em 23/12/2014, pleiteando a requerente a extinção da ação com fundamento no inciso I do artigo 269, do Código de Processo Civil. O Ministério Público concordou com o pedido.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

É o caso de procedência do pedido.

A efetivação da internação compulsória, com a posterior alta hospitalar do(a) requerido(a), comprova, por si só, a necessidade da medida e evidencia que o processo atingiu seu objetivo.

Por isso, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e **EXTINTA** a ação, com fulcro no artigo 269, I, do Código de Processo Civil.

Sem custas, em razão da ausência de litígio.

Ciência ao Ministério Público.

Oportunamente, ao arquivo.

P.R.I.C.

São Carlos, 05 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min